

Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 29 de julho

TCE aponta os inelegíveis

Helton Lenine

Um total de 21 nomes, entre ex-autoridades e servidores públicos estaduais integram a lista de responsáveis com contas julgadas irregulares pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. A relação está disponível para consulta pelo site do **TCE-GO**, atualizada até o dia 20 de julho do corrente ano.

A lista é composta pelos nomes dos responsáveis que tiveram suas contas rejeitadas por irregularidade insanável em decisão irrecurável no **TCE-GO**. Ela contém os nomes das pessoas físicas, detentoras ou não de função pública, que tiveram suas contas rejeitadas no **TCE-GO** por irregularidade insanável, em decisão transitada em julgado nos oito anos imediatamente anteriores à realização de cada eleição.

Não constam no documento os nomes dos responsáveis cujas contas irregulares ainda estão sob apreciação do Tribunal. A lista pode ser alterada a qualquer tempo, com acréscimos ou supressões.

Atendendo ao que dispõe o artigo 11, parágrafo 5º da Lei Eleitoral (Lei nº 9.504 de 30/09/1997), a relação é remetida à Justiça Eleitoral, a quem cabe, a seu juízo, declarar se essas pessoas podem ou não concorrer a cargos por eleição.

Confira os nomes contidos na lista: Aristóteles de Paula e Sousa Sobrinha, Carlos Alberto Mariano, César Augusto Sebba, Danivaldo Frutuoso Franco, Emílio Cario de Paiva de Paula, Emilse Terezinha Naves, Fábio Silva Gomes, Francisco Romeu Carvalho, Hideraldo Jorge Santana Martins e Irani Ribeiro de Moura.

E ainda: Iranildo Rodrigues Valença, Isa Bernadete Braga, José Américo de Sousa, Levinda Passos, Luiz Antônio Arantes, Marcus Vinicius de Faria Felipe, Pedro Chaves Canedo, Pedro Luiz Cascalho, Roberto Moraes Jayme, Sérgio Camilo Câmara e Vantuir Alves de Oliveira

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20200729/pagina/1>

Novo Estatuto do Servidor começa a valer

O novo Estatuto do Servidor Público entrou em vigor nesta terça-feira (28) após a sanção da matéria em janeiro deste ano. A matéria encaminhada pelo **Governo de Goiás** e aprovada pela **Assembleia Legislativa de Goiás (Alego)** em dezembro do ano passado impactará 170 mil empregados da máquina pública estadual e pretende atualizar a legislação de 1988 além de gerar uma economia de até 1,7 bilhão aos cofres públicos até 2025. As alterações no estatuto seguem as diretrizes do Palácio visando um ordenamento jurídico, bem como a Reforma da Previdência também elaborada pelo Governo.

A matéria sancionada pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), revoga o estatuto anterior, que é de fevereiro de 1988, e apresenta uma série de modificações em regras, como o fim da licença-prêmio, benefício que permitia aos servidores público três meses de descanso a cada cinco anos de efetivo trabalho.

Durante a tramitação, o projeto foi alvo de ampla repercussão, já superada, devido à retirada de benefícios relacionados ao quinquênio (adicional por tempo de serviço) e à licença prêmio dos servidores civis e do Magistério; essa última ficou convertida em licença para capacitação.

No lugar da licença-prêmio, a proposta prevê a licença para capacitação. A ideia do governo é condicionar o benefício de 90 dias à comprovação de ao menos um curso de qualificação profissional nesse período.

Além de promover um alinhamento com as novas regras previdenciárias, as proposições integram a política de austeridade econômica que vem sendo adotada desde o começo da atual gestão liderada por Caiado.

Após a aprovação, a matéria também foi alvo de ações judiciais e derrubadas de vetos por parte dos parlamentares de oposição ao governo. Em abril, após a derrubada da matéria pelo Tribunal de Justiça, Caiado questionou o Supremo Tribunal Federal (STF), a inclusão de uma regra, feita pelo Legislativo, que modificava a aplicação do estatuto. Essa emenda, implementada pela **Alego**, excluía aos integrantes das carreiras do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, do **Tribunal de Contas do Estado** e dos Municípios e da Assembleia Legislativa das novas regras, mas o dispositivo foi vetado pelo governador.

Desde a publicação da Lei, em janeiro, a equipe técnica da Secretaria da Administração (Sead) tem empreendido esforços para produção dos regulamentos das matérias que requerem tratamentos específicos para execução, com atuação efetiva da Rede Estadual de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e participação das unidades setoriais de gestão de pessoal nas discussões. As oficinas têm ocorrido de forma remota, por meio da Escola de Governo do Estado de Goiás.

Titular da Sead, Bruno D'Abadia explica que a modernização trouxe uma série de alterações que dialogam com as necessidades dos servidores. Dentre elas, por exemplo, a ampliação da Assistência pré-escolar. "Anteriormente o benefício era a um único dependente do servidor com renda familiar de R\$ 5 mil. Com o novo Estatuto, o auxílio de R\$ 200 passa a ser disponibilizado para cada dependente que se encaixe no perfil", complementa. O novo entendimento determina ainda que será observada somente a renda do servidor e não mais os ganhos de toda a família. O teto instituído é de R\$ 5,5 mil. (Especial para O Hoje)

Site: <http://flip.ohoje.com/public/impresso/5009/5009.pdf>

Comitê de TI se reúne para debater propostas de integração de Tribunais de Contas

Os membros do Comitê de Tecnologia, Governança e Segurança da Informação, vinculado ao Instituto Rui Barbosa (IRB), se reuniram nesta segunda-feira, 27, por meio de teleconferência, para discutir ações que visam integrar e fortalecer os setores de TI dos Tribunais de Contas do país e ampliar a parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU).

A reunião, que foi aberta pelo presidente do Comitê de TI, **conselheiro** José Alfredo Rocha (TCM/BA), tratou sobre propostas do Grupo de Trabalho de Negócios, no qual ele destacou o ganho de qualidade dos tribunais com essa aproximação. "Não atuamos como concorrentes. Hoje vivemos em uma realidade de escassez de recursos, temos que aproveitar esse grupo de inteligência para dividir e compartilhar nossas experiências para gastar menos, mas melhorar o trabalho de todos com essa parceria. Estou muito empolgado com esse comitê, com todo gás para ajudar no que for preciso no crescimento dos TCS", enfatizou o **conselheiro**.

O presidente do Tribunal de Contas do Tocantins (**TCE/TO**) e coordenador do grupo de estudos do IRB sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), **conselheiro** Severiano Costandrade, participou da reunião a convite de José Alfredo, já que o trabalho de tecnologia está ligado à proteção de dados.

Severiano destacou a importância da criação do Comitê de TI para que se tenha um ambiente propício para discussões e afirmou que o **TCE/TO** está integrado com o grupo para que tenha um fortalecimento das ações conjuntas dos TCS e também para auxiliar no que for preciso. "Nós já avançamos muito neste quesito, mas é preciso mais e com a parceria do TCU é melhor ainda, para que possamos crescer e evoluir no acompanhamento das despesas públicas", enfatizou Severiano.

Propostas

Fábio Xavier (**TCE/SP**), iniciou a pauta da reunião e, em seguida, o assessor da presidência, Pedro Vieira (TCM/BA), apresentou de forma resumida e objetiva o que foi tratado e demandado na primeira reunião do Comitê, compartilhando a leitura da Ata da reunião do dia 10 de julho com os demais membros participantes.

Fábio informou que o motivo de escolha para apresentação do Grupo de Trabalho de Negócios se deu em função da interface que essa Comissão fará com área de negócios, demandas e outros órgãos, como por exemplo a Receita Federal - acesso a base de CPFs e CNPJs.

Os membros integrantes do Grupo de Trabalho de Negócios apresentaram algumas propostas ao Comitê: Wallace da Silva Pereira (**TCE/SC**) sugere que as atividades de interfaceamento, gestão por processos, mapeamento de operações dentro das instituições e fluxo informacional fiquem a cargo do GT de Negócios. Já Rodolfo Luis dos Santos (TCM/RJ) reforçou a importância de envolvimento com o Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), visando conhecimento dos parâmetros de avaliação.

Integrante do GT de Negócios, Alexandre Silva (**TCE/CE**), reforçou a importância de haver uma rede no âmbito da área de negócios para intercambiar e identificar as necessidades de informação gerencial entre os TCS. Allan Bezerra (**TCE-AM**), ressaltou o papel fundamental do GT de Negócios, sendo um fator de integração para que haja um compartilhamento de soluções, trazendo a ideia da existência de um catálogo institucionalizado de serviços e soluções para integração de projetos comuns. Por fim, dentro das propostas expostas pelo Grupo de Trabalho de Negócios está a criação de uma grande rede de compartilhamento de tecnologia entre os TCS, de forma a ajudar uns aos outros, com cada um mostrando os sistemas que trabalham e que de alguma forma possam colaborar com os demais.

Conecta TCU

O secretário de Soluções de TI do Tribunal de Contas da União, Rodrigo Felisdório, apresentou na reunião a plataforma Conecta TCU, que tem como objetivo uma interação mais ágil e prática com a administração pública e sociedade.

Segundo Rodrigo, entre as funcionalidades do sistema que já foi implantado em mais de 200 órgãos públicos, estão os canais de contatos com o TCU voltados para serviços; informações processuais; determinações e recomendações; protocolo digital; serviço voltado ao público jurídico, entre outros.

"Nosso próximo passo é criar mecanismos para se ter acesso a peças sigilosas; integração com o PEN/SEI; alertas para Gestor; cobrança executiva; integração entre TCs e TCMs; e Serviços voltados à sociedade. Estamos na busca de desburocratizar processos para torná-los mais ágeis e com fácil acesso de todos", ressaltou Rodrigo.

Como encaminhamento e encerramento, foi proposto que a próxima reunião seja sobre o Grupo de Trabalho de Governança, além de um enfoque na busca de solução de interação com o TCU, através do TCU Conecta.

Grupos de Trabalho

Os membros do Comitê de TI foram divididos em Grupos de Trabalho, confira abaixo:

Análise de Dados - Licardino Siqueira Pires (TCE-GO), Alexsandre Silva (TCE-CE) e Marcelo de Oliveira (TCM-GO);

Negócios - Alexsandre Silva (TCE-CE), Allan Bezerra (TCE-AM) e Wallace da Silva Pereira (TCE-SC);

Governança - Douglas Avedikian (TCE-MS) e Ana Carolina Chaves Machado de Moraes (TCE-PE), Fabio Correa Xavier (TCE-SP) e Cristiana Siqueira (TCE-MG);

Segurança da Informação - Francisco de Assis dos Santos Júnior (TCE-TO), Allan Bezerra (TCE-AM) e Wallace da Silva Pereira (TCE-SC).

Site: <http://www.justocantins.com.br/noticias-do-estado-54412-comite-de-ti-se-reune-para-debater-propostas-de-integracao-de-tribunais-de-contas.html>